

Maria Teresa Nascimento

Ecoss das Invasões Napoleónicas na produção literária portuguesa em diálogo

R E S U M O

A análise de um conjunto de diálogos publicados em Portugal, no período conturbado das invasões francesas, veio demonstrar as potencialidades do género como instrumento de resistência ao invasor, através da crítica, do riso, da derisão, mas também pelo papel de encorajamento a manifestações e gestos de natureza patriótica. O diálogo, que não perdera a sua vitalidade desde que em 1532 se registara o aparecimento de «*Ropicapnefma*», parece enveredar agora claramente por uma vertente lucianesca.

Data de 1532 o primeiro diálogo da Literatura Portuguesa – *Ropicapnefma* – de João de Barros, porque *O Diálogo do Robim e do Teólogo*, que lhe é anterior, não difere muito do catecismo cristão não podendo, por isso, inscrever-se na tradição do diálogo greco-latino.

A ductilidade temática do diálogo, aliada às suas extraordinárias capacidades pedagógicas, seria, com certeza, responsável pela invulgar vitalidade do género que chega, assim, ao séc. XIX, em Portugal, sem quaisquer quebras de continuidade¹.

Num momento conturbado, como o das Invasões Francesas, a literatura e, nomeadamente, a literatura em diálogo, poderá revelar-se um instrumento de resistência ao invasor, através da crítica, do riso, da derisão, mas igualmente uma forma de incentivo a manifestações e gestos de natureza patriótica. Enveredar por um caminho como este representará, contudo, a alteração do paradigma ciceroniano que norteava a maior parte do diálogo português.

O interesse pelo estudo do diálogo no séc. XIX comporta para nós uma dupla vertente: por um lado a que decorre da relação essencial entre a História e a Literatura, por outro, a de poder constituir mais um contributo para a definição do género no panorama literário Português, sem perder de vista as possíveis conexões com manifestações congéneres noutras literaturas europeias. O estudo das traduções e da sua recepção em Portugal poderá ser um dos caminhos. O presente trabalho é um primeiro subsídio para o cumprimento dos objectivos enunciados. O *corpus* tratado é ainda reduzido e as conclusões serão, por isso, parciais e provisórias.

Serão objecto de análise pela ordem que enunciamos um conjunto de quatro diálogos: *Mentor da Moda ou Educação À Francesa em Forma de Catecismo para Conhecimento do Desorientado Sistema da França Nestes Últimos dias*, composto por duas partes, publicadas em 1808 e 1809, escrito por M.V.M; *Portugal desafrontado. Diálogo entre um oficial francês da Legião do Meio-Dia, e um eclesiástico da Província d'Entre – Douro e Minho*, anónimo e sem indicação de data e local de publicação; *Diálogo entre as Principais Personagens Francesas no Banquete dado a bordo da Amável por Junot*, que tem como autor L. S. O e, finalmente, *Diálogo entre Dous Mortos, ou Entretenimento entre dous Soldados que morreram na Batalha do Buçaco, um Inglês e Outro Francês*, composto por três partes, de que a primeira sai a lume em 1810 e as duas seguintes em 1811, da autoria, também, de M.V. M.

De comum a todos estes diálogos, registamos o espectro das invasões francesas e a quase simultaneidade entre a ocorrência do facto histórico e a publicação do texto, pelo menos para aqueles cuja data de publicação se conhece.

¹ Este trabalho inscreve-se num projecto mais vasto de estudo do diálogo em Portugal, cumprida que foi já uma das suas etapas para o período compreendido entre 1532 e 1618 através da tese de doutoramento *O Diálogo na Literatura Portuguesa. Renascimento e Maneirismo*, por nós apresentada à Universidade de Coimbra em Outubro de 2006.

Mentor da Moda ou Educação À Francesa em Forma de Catecismo para Conhecimento do Desorientado Sistema da França Nestes Últimos dias

Não se inscrevendo o espírito do catecismo cristão nos moldes do diálogo humanista da sã comunhão de espíritos e da discussão frutífera, não deixa de ser verdade que o método dialéctico que ambos partilham os torna próximos, no que se refere ao modo de expressão usado. Exemplo paradigmático para a primeira situação, e não querendo citar outros que se repetiram ao longo dos séculos, é o caso da *Doutrina de Princípios e Fundamentos da Cristandade* de João de Melo², exclusivamente assente no enunciado de orações, como o Credo e o Pai-Nosso, enumerações de regras, mandamentos e sacramentos ou definição de virtudes que todo o bom cristão há-de seguir.

Chegados ao séc. XIX e ao momento particular que agora nos ocupa, não pode deixar de chamar a nossa atenção um diálogo como o *Mentor da Moda ou Educação À Francesa em Forma de Catecismo para Conhecimento do Desorientado Sistema da França Nestes Últimos dias*³, não diferindo, relativamente ao diálogo que anteriormente citávamos, nem a designação das personagens – Mestre e Discípulo – nem o método utilizado para a exposição doutrinal, assente no esquema da pergunta-resposta, com origem no primeiro dos interlocutores. Apontadas as semelhanças, realcemos as diferenças que são significativas. Nem se trata de um catecismo cristão, nem este Mestre que questiona, o faz para verificar os eventuais ensinamentos que teria ministrado. A ironia é o suporte de boa parte do diálogo, como várias vezes o paratexto faz questão de frisar, seja no texto preliminar – “O Leitor quem quer que for fique já daqui sabendo, que esta ironia não é outra cousa mais que uma seta espedida com pequena força ao peito dos ímpios Jacobinos”⁴, seja em diversas notas de rodapé. A ironia consiste, então, no facto de se recorrer ao modelo do catecismo para, através do seu modo de funcionamento, expor uma doutrina que, não sendo cristã, recupera, contudo, alguns dos fundamentos e rituais do cristianismo com o intuito de os subverter.

Assim vemos acontecer com o Pai-nosso, o Credo ou os Dez Mandamentos. Sem espaço para nos ocuparmos de todos, quedamo-nos na primeira oração, designada como *Oração Dominical do Tempo Iluminado* mediante a qual se invoca, não o Pai-nosso, mas Bonaparte, a quem se pede perdão pela falta de iniquidades cometidas em seu nome, ou ainda protecção contra o inimigo inglês, francês ou espanhol:

“Padre Bonaparte, que estais em Labirinto; amaldiçoado seja o vosso nome, assim na Terra como no Inferno: venha a nós o vosso Reino da ambição, e de tirania, e seja feita a vossa maldita vontade assim na terra como no Averno: o Pão da vossa protecção dai aos vossos apaixonados e perdoai-nos senão temos desempenhado os nossos deveres, com mortes, horrores e atrocidades, pois é o que devemos fazer àqueles que queremos que sejam nossos devedores, e não nos deixeis cair em sermos honrados, e verdadeiros Cristãos e livrai-nos das Bombardas Inglesas, Portuguesas e Espanholas, e dos campos do Vimeiro, assim seja.”⁵

Procedimento reiterado após a recitação das orações ou de outros princípios doutrinários é a formulação continuada, por parte do Mestre, de pedidos de esclarecimento relativamente a pontos sistemáticos do conteúdo, da maneira que segue:

“Bem dissestes Menino, porém dissei-me, que dizeis, e que entendeis por Padre Bonaparte que estais em Labirinto?”⁶

Mais do que um aparente exercício de retórica, o recurso a esta forma de questionação permite ainda direccionar o discurso no sentido pretendido pelo Mestre, tornando mais claras as convicções do Discípulo, verdadeiro delegado da educação francesa. Dele diz, a este propósito, o Mestre: “na vossa pessoa estão bem remarcados os nobres assentimentos, e virtuosas acções da vossa iluminada Nação.”⁷ É, na verdade, também, a pergunta que permite a progressão do diálogo, repartido em duas lições, por elas discorrendo a exposição da ideologia jacobina.

Em que consistem, então, as suas linhas programáticas, colhidas por entre o jogo de pergunta-resposta? Quem são os seus inspiradores?

² MELO: a partir de 1549.

³ M.V.M: 1808 e 1809.

⁴ M.V.M: 1808, Primeira Parte, p. 4.

⁵ M.V.M: 1809, Segunda Parte, p. 8.

⁶ M.V.M: 1809, Segunda Parte, p. 8.

⁷ M.V.M: 1808, Primeira Parte, p. 20.

A remissão em três momentos do diálogo para o Abade Barruel, cujas doutrinas se afirmam seguir de perto, explica não apenas a derivação do jacobinismo relativamente à maçonaria, como também o fundamento dos seus princípios em figuras tutelares do Iluminismo Francês. Assim o lemos em *Mémoires pour servir à l'Histoire du Jacobinisme Français*⁸ e assim o encontramos no *Mentor da Moda*, onde se denunciam as iniquidades cometidas em nome de uma liberdade alicerçada “no pensar: no uso da consciência, nas paixões voluptuosas, e em todas as mais que não são tendentes com a obrigação das leis civis”⁹; na obediência a Bonaparte e às leis da Natureza, no desprezo por um Ente Supremo, enfeitados que foram os princípios cristãos que serviram de esteio à nação francesa, preferindo agora substituir aos Doutores da Igreja os nomes de Junot e Lagarde, Loison ou Laborde.¹⁰

O final do *Mentor da Moda* desmonta a ironia que norteara todo o comportamento do Mestre, desde a que fora permitindo a inquirição aparentemente ingénuo das crenças do Discípulo, sem lhes oferecer oposição:

“Muito aprovo a vossa vivacidade, e muito me admiro como tão depressa vos adiantastes nessa brilhante carreira: vós sem dúvida vireis a ser ainda um espírito privilegiado, um talento raro do nosso iluminado século.”¹¹

até àquela que se traduziria na verbalização do assentimento e regozijo com as respostas obtidas:

“(...) vós sem dúvida mereceis ser condecorado com a Dignidade de Doutor da Impiedade, ou pelo menos Bacharel em direito libertino”¹²

Agora, pelo contrário, vemos a última intervenção do Mestre a erigir-se como apelo, feito de sucessivas formas imperativas, ao abandono por parte do Discípulo da errada doutrina jacobina em que tem vivido. É preciso enveredar pelo caminho do Bem, do amor à pátria e ao seu príncipe – “lembrai-vos do grande sacrifício que obrou por nós, atravessando o Oceano Atlântico só por não ver nosso sangue derramado”¹³ – tomar Jesus Cristo como único guia.

Portugal desafrontado. Diálogo entre um oficial francês da Legião do Meio-Dia, e um eclesiástico da Província d’Entre – Douro e Minho

Num momento como o da ocupação do país pelo exército francês, nenhuma outra obra serviria melhor a exaltação dos ânimos patrióticos do que *Os Lusíadas*, objecto de demorada citação quer na dedicatória a o *Portugal desafrontado. Diálogo entre um oficial francês da Legião do Meio-Dia, e um eclesiástico da Província d’Entre-Douro e Minho*, quer na própria epígrafe inaugural, particularmente feliz pela oportunidade da selecção operada relativamente ao texto do Épico:

“Pois de ti, Gallo indino, que direi?
Que o nome Cristianíssimo quiseste,
Não para defendê-lo, nem guardá-lo:
Mas para ser contra ele e derribá-lo.

Achas que tens direito em senhorios
De Cristãos, sendo o teu tão largo e tanto;
E não contra o Cristão, e Nilo, rios,
Inimigo do antigo nome Santo.
Ali se hão-de provar da Espada os fios,
Em quem quer reprovar da Igreja o Canto.
De Carlos, de Luís o nome, e a terra
Herdaste, e as causas não da justa guerra?”¹⁴

⁸ BARRUEL: 1798-1799. 1809-1810.

⁹ M.V.M: 1809, Primeira Parte, p. 7.

¹⁰ M.V.M: 1809, Primeira Parte, p. 17.

¹¹ M.V.M: 1809, Primeira Parte, p. 10.

¹² M.V.M: 1810, Segunda Parte, p. 14.

¹³ M.V.M: 1810, Segunda Parte, p. 22.

¹⁴ CAMÕES: 2002, Canto VII, 6-7.

A dedicatória, de extensão significativa, se comparada com o diálogo propriamente dito, de modo mais exacto se poderá considerar uma exortação como textualmente verificamos pelo título que a precede – “Aos verdadeiros Portugueses Restauradores da Pátria” – seguindo-se um discurso cuja análise retórica, nos dispensamos de fazer, mas do qual queremos realçar as suas linhas de reflexão, suscitadas pela citação de novas estrofes *d’Os Lusíadas* no seu todo ou em parte¹⁵:

- 1 – Exaltação do papel dos Portugueses no seio da Cristandade;
- 2 – Apelo à luta contra o usurpador;
- 3 – Insistência no valor sagrado do empreendimento;
- 4 – Envolvimento do clero na luta religiosa – “quando a Pátria é invadida, todo o homem é Cidadão, quando a Religião é atacada, todo o homem é soldado”¹⁶

O Eclesiástico, qual Teotónio Prior¹⁷, estará, pois, pronto para empunhar as armas.

O conteúdo do diálogo cobre parcialmente o da dedicatória. Ao Eclesiástico competirá demonstrar, respondendo ao reparo do Oficial Francês, como a acção heróica dos Portugueses não se cingiu às lutas contra Mouros e Castelhanos, nem terminou com a batalha de Alcácer-Quibir. O combate pela recuperação dos territórios ocupados pelos Holandeses no Brasil, durante o domínio filipino, bastaria para sustentar o argumento, se a glória se alimentasse apenas das batalhas vencidas, mas ela mede-se também pela resistência ao ocupante e salda-se sobretudo pela capacidade, que nenhuma outra monarquia detém, do inviolável respeito à constituição e às suas leis, à religião e à fidelidade incontroversa ao Soberano.

Encarada pelo Clérigo apenas como hipótese o cotejo entre a França e Portugal – “Se eu quisesse fazer agora o paralelo da vossa e da minha Nação, então veríamos, Senhor Oficial, de que parte estava a verdadeira glória”¹⁸ – toda a sua argumentação preferirá tomar outros termos de comparação e assim, veremos o Padre, convertido em agressor, a buscar no exemplo dos Bárbaros, atitudes que em nada diferem das que agora vê serem tomadas pela Nação Francesa:

“A comparação, que acabo de fazer dos Franceses com os Godos, é justa em todo o sentido. O furor das conquistas, o desprezo da Religião, e de seus Ministros, o roubo, a pilhagem, o assassinio, a ignorância em fim caracterizam igualmente os Franceses, e os Godos. Quando não tivéssemos outras provas, bastava a conquista de Portugal, e a invasão da Espanha (...). Com efeito, os Bárbaros que, no fim do quarto, e princípios do quinto século desceram dos Países Septentrionais sobre o meio dia da Europa, e conquistaram as ricas províncias do vasto império Romano, não praticaram nelas mais crueldades, mais extorsões e violências, do que os Franceses tem feito em Portugal.”¹⁹

A argumentação do Oficial recusará naturalmente a opinião do Clérigo. Não é bárbara uma Nação que oferece tantas provas de cultura e a validação de cada opinião deverá segundo ele ter em linha de conta as idiossincrasias de quem as emite.

Contra os argumentos do Oficial prevalecerão, na óptica do Clérigo os que ele próprio oferece, porque fundados no Direito Natural e em princípios “luminosos”, não admitem “réplica” e mesmo se entre os Portugueses houver partidários dos Franceses, não chegarão eles a vencer aqueles que suspiram pela “Restauração da sua Pátria, do seu PRÍNCIPE, e da sua Religião”²⁰

Pela unidade temática em que se alicerça, pela orquestração argumentativa que não permite que se transite de um assunto a outro, sem ter passado pelo menos pela refutação da opinião contrária, pelo recurso à comparação como elemento fundamental para a construção do texto, podemos afirmar, segundo o que nos foi dado estudar até agora, estarmos perante um dos diálogos portugueses mais bem conseguidos do ponto de vista retórico. O texto é, todavia, de extensão pouco significativa.

¹⁵ Por ordem do seu aparecimento: C VII, 2-3; CV, 15, CIV, 13, CVIII, 19.

¹⁶ *Portugal Desafrontado*, p. 5.

¹⁷ CAMÕES: C VIII, 19.

¹⁸ *Portugal Desafrontado*, p. 9.

¹⁹ *Portugal Desafrontado*, p.12.

²⁰ *Portugal Desafrontado*, p. 15.

Diálogo entre as Principais Personagens Francesas no Banquete dado a bordo da Amável por Junot

O humor é o principal registo do *Diálogo entre as Principais Personagens Francesas no Banquete dado a bordo da Amável por Junot*, sem que com esta opção se entenda algum abrandamento na crítica perpetrada contra os Franceses, como a Advertência do Autor o deixa perceber – “nesta produção de nenhuma monta espero ao menos, que os meus Companheiros divisem o ardente desejo, que me anima, de combater os Assassinos da espécie humana, seja pela espada, seja com a pena.”²¹

A forma do *Banquete* apresenta uma longa tradição na literatura greco-latina, e em particular no diálogo. Platão e Xenofonte foram os iniciadores do género, mas caberia a Luciano a sua paródia, quando faz surgir actos e propósitos de vandalismo entre os convivas, dos quais resultariam vários feridos, de entre eles a própria noiva, cujo casamento se celebrava.

Não longe anda o diálogo que aqui trazemos, travado entre um alargado número de convivas, personagens emblemáticas do exército francês, imediatamente antes da sua retirada inglória para França, em 1808, após a assinatura do Armistício pela Convenção de Sintra.

O diálogo apresenta uma partição invulgar, no panorama do género, sugerida pelas diversas etapas da refeição. A Primeira Parte compreende a Sopa de Pão, Vaca Cozida, Feijões com Cebola, Prato de Camarões. A Segunda Parte e “Segunda Coberta” é a que inclui Cavala Frita, Empadinhas de Carneiro e após a Sobremesa, constituída por Uvas, Queijo e Nozes e o Prato de Palitos, segue-se o Café de Cevada.

Entremeadas com a discussão, são várias as manifestações grosseiras do apetite voraz de alguns convivas:

“O senhor Thomiers faz tenção de comer toda a vaca? Arre com ele que come demasiado! Apenas engoli uma pingueta de caldo; a vaca nem a cheirei; e se continua por este teor, tenho entendido que me convidaram para jejuar. Excelentíssimo Senhor Ex-Duque de Abrantes, requeiro que me mande para outro lugar, ou me dê uma cadeira, para que seja visto de quem reparte o comer. De resto fiquei sentado sobre um baú, cuja pregaria me assassina o traseiro.”²²

Ou ainda a contrariedade pela falta de provisão de vinho. Detalhes, num diálogo em que avultam os traços caricaturais denunciados pelos outros convivas ou com que as próprias personagens se expõem, oferecidas elas próprias ao ridículo. A novidade relativamente aos diálogos anteriores consiste agora no facto de ser também através da fala das personagens intervenientes, nomes sonantes da milícia francesa, que nos são reveladas as suas fraquezas e misérias.

Diferente também, ainda, é a complementaridade que se estabelece entre a caracterização assim feita e a de uma voz autoral que se reserva o direito de, no peritexto, constituído pelas notas de rodapé, ir facultando esclarecedoras informações sobre cada uma das personagens. Leia-se, a título de exemplo, a seguinte nota referente a Thomiers:

“General de Brigada, e Comandante de Peniche; na sua boca não se ouviam senão fuziladas, metralhadas, sangue e morte; era de grande estatura e tinha fisionomia de Comilão.”²³

Nada escapa a cada um dos convivas convertido em mordaz censor do Companheiro: desde a baixa extracção social que nem as patentes militares conseguiram dourar, aos reveses sofridos em terras lusitanas, passando pela revelação despidorada da avidez desmedida no acto das pilhagens, intercalada de episódios burlescos, como o do suposto roubo dos diamantes²⁴, até ao momento da inglória retirada depois do vexame do julgamento pelas tropas inglesas. Passados em revista os acontecimentos mais recentes, resta a perspetivação do futuro. Que reservará Napoleão a cada uma destas personagens? Junot, mais esperançado, não hesita em afirmar que seguramente não deixará o Imperador de reconhecer este “Ex – Exército de Portugal, que tanto se distinguiu na arte rapinatória.”²⁵

²¹ L. S. O.:1808: “Advertência do autor”.

²² L. S. O.:1808, pp. 9-10.

²³ L. S. O.:1808, Nota 2, da página 10.

²⁴ “mostrei-os a um Lapidário, e perguntei-lhe em quanto os estimava? Apenas ele lhe pegou, entrou a rir. Porque ri V. M. ? Rio da sua simplicidade, e que seja com esses anos, ainda dos que pensam que tudo que luz é ouro. Ora tome lá esses cristais de roca, e aprenda melhor a conhecer pedras?”, L. S. O.:1808, p. 25.

²⁵ L. S. O.:1808, p. 13.

Mas o Imperador está fugido, diz Delaborde, com medo da febre amarela que grassa em Espanha e, dirigindo-se jocosamente a Junot pergunta-lhe “porque não pede o ducado das Berlengas? Bem como chupou o d’ Abrantes, só por aí ter entrado, é justo que grame o das Berlengas por donde tranquilamente sairá.”²⁶

O final do banquete vem a descambar em zaragata. Exaltam-se alguns ânimos, ouvem-se impropérios e Junot e Delaborde chegam a quase empunhar armas um contra o outro, indo ao ponto de pôr em risco a manga do maneta Loyson: “Olhem lá como fazem isso, que me levam a minha manga; batam-se, mas não me manguem.”²⁷

Assim acabava o *Banquete* de Luciano, com uma tremenda e ordinária briga entre os convivas.

E o leitor do séc. XIX não deixará de se regozijar ao ver o inimigo reduzido à sua verdadeira insignificância, dependente daquilo que os ingleses lhe quiserem dar – Junot, circunscrito à “santa bolacha e pinga de chocolate”²⁸.

Diálogo entre Dous Mortos, ou Entretenimento entre dous Soldados que morreram na Batalha do Buçaco, um Inglês e Outro Francês

Com o *Diálogo entre Dous Mortos, ou Entretenimento entre dous Soldados que morreram na Batalha do Buçaco, um Inglês e Outro Francês* estamo indubitavelmente perante o arquétipo do género – o *Diálogo dos Mortos* – que tanta fortuna conheceu na literatura francesa do séc. XVII, por exemplo, trazendo a Portugal em pleno século XIX, o modelo lucianesco.

Perante nós, dialogando, dois soldados mortos e enterrados, um ao lado do outro, após perecerem na guerra do Buçaco, situação inverosímil que o diálogo tenta resolver, socorrendo-se de mecanismos susceptíveis de o credibilizar junto do leitor.

Desde logo, é a indicação peritextual, em lugar destacado, a fazer o seu aparecimento após o título, insistindo no “acontecimento verdadeiríssimo, achado o manuscrito no Campo, que abandonou Massena, quando partiu para Santarém” por um militar que os esteve “escutando”. Depois, é o próprio Francês que, estabelecendo a diferença relativamente à ficção dos diálogos de Luciano – “porém nós estamos realmente comunicando um com o outro”²⁹ – vem a consolidar outros propósitos de verosimilhança suportada pela localização espácio-temporal e pela caracterização que as personagens levam a cabo de si próprias.

Algures, sob a terra dos campos de Buçaco, não longe da “magnífica cidade de Coimbra”³⁰, no ano de 1810, indicação a que chegamos pelo recurso à datação do nascimento do Francês, agora com “vinte e dois anos, um mês e doze dias pouco mais ou menos”³¹, queixa-se ele:

“O magano que nos enterrou não podia achar pior terreno; tudo são calhaus e pouca terra por cima: os primeiros fazem-me doer os ossos; e a segunda se alguém passa por cima, logo sinto um incómodo terrível.”³²

Não é inusitada no panorama do diálogo português a nomeação das personagens feita através do recurso à indicação da sua nacionalidade. O processo foi comum em Fr. Heitor Pinto ou em Pedro de Mariz, sem que contudo fosse lícito extrair dele consequências de carácter ideológico, salvo as decorrentes da convivialidade humanista. No *Diálogo entre Dous Mortos*, contudo, a escolha de um Francês e de um Inglês para interlocutores é forçosamente significativa do antagonismo político que os divide.

Contrariamente, todavia, ao *Mentor da Moda* em que só de forma muito esporádica o Discípulo se permitia reconhecer algumas fraquezas no sistema que defendia, e em particular, no que dizia respeito a alguns desaires militares sofridos pelos exércitos de Napoleão, como o da batalha do Vimeiro, por inépcia de Junot, agora o Francês demonstra possuir alguma lucidez na apreciação da política do seu país, bem como nos alicerces ideológicos e religiosos que a suportam. Educado na religião católica, foi com profundo pesar que se viu forçado a abandoná-la, afirmando que “Negar a existência de Deus, a imortalidade da alma, o Juízo Final, as Penas e os benefícios, é

²⁶ L. S. O.:1808, p.13.

²⁷ L. S. O.:1808, p.38.

²⁸ L. S. O.:1808, p. 32.

²⁹ M.V.M.:1811, Parte III, p.3.

³⁰ M.V.M.:1810, Parte I, p.3.

³¹ M.V.M.:1810, Parte I, p.5.

³² M.V.M.:1810, Parte I, p. 4.

um delírio da razão estragada.”³³ E no início do Diálogo II é a mesma personagem que, depois de lamentar as irreparáveis perdas e as feridas sangrentas da guerra, surge a clamar:

“E será, por ventura, este o século do saber, e dos iluminados? Malditos Doutores! Pérfidos cabalistas!”³⁴

Isso não obstará a que o Francês continue a acreditar nas vitórias do Imperador, nos seus projectos megalómanos de domínio do mundo, na prodigalização de favores atestados na multiplicação de ducados e monarquias – cinquenta e cinco monarcas estão já nomeados para África, a futura marquesa de Etiópia, ex-taberneira, credora de uma dívida antiga de Napoleão, tem viagem aprazada em balão aerostático, conforme relatado num excursão burlesco do diálogo.

Por entre a seriedade que anima as reflexões dos interlocutores, há contudo, alguns momentos em que o diálogo parece resvalar para o lado grotesco. Assim aconteceu com o episódio que anteriormente mencionávamos, mas também com a desmistificação dos alegados planos de Napoleão de fazer Massena alcançar pela Pérsia as possessões que os Ingleses detinham na Ásia. O Inglês, que afirma saber o seu “bocadinho de Geografia”³⁵, predispôs-se a demonstrar essa impossibilidade através da observação atenta e morosa do tempo que demorariam dois piolhos, a que o interlocutor chamou de viajantes, a percorrer essa distância traçada em mapas de papel: 27 dias, 4 horas e tantos minutos. Como o conseguiria Massena, se de um percurso verdadeiro se tratasse? Fica confirmada, no dizer do Inglês, a impraticabilidade do projecto, mas também, a nosso ver, o irrisório propósito épico comprovado com a ajuda de insectos desprovidos de qualquer nobreza.

O futuro, para Napoleão, antevê-o o Inglês, funesto. A sustentar tal previsão, poderá estar – lembramos – a evocação que já ele fizera anteriormente, no diálogo, de sucessivas derrotas sofridas pelos exércitos franceses em Portugal. Ainda sem ter arrefecido a refrega, mesmo por cima dos seus corpos está a batalha do Buçaco a prová-lo, uma segunda batalha de Canas, donde fogem, contudo, os generais derrotados. Uma mensagem de esperança, afinal, aquela que é deixada neste diálogo, escolhido, como os demais que aqui trouxemos, pelas constantes semânticas já enunciadas.

Portugal, à semelhança de outras nações europeias, é vítima da prepotência e da sede desmedida de poder por parte de Napoleão e luta com as armas que tem ao seu alcance. Denunciar a ideologia jacobina, atingi-la no seu âmago, desmascarar as suas perfídias e impiedades, evocar as nossas grandes vitórias passadas e presentes, cobrir de ridículo o invasor até à retirada final, eis alguns dos trunfos com que se armam os diálogos portugueses deste período, verdadeiros resistentes, também eles de um género que tem atravessado os séculos.

Bibliografia

- BARRUEL, Augustin, 1798-1799 – *Mémoires pour servir à l’Histoire du Jacobinisme Français, Mémoires pour servir à l’histoire du jacobinisme*, Hambourg, 5 vol., P. Fauche.
- CAMÕES, Luís de, 2002 – *Os Lusíadas*. Leitura, Prefácio e Notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Apresentação de Aníbal Pinto de Castro. Lisboa, Instituto Camões.
- L. S. O., 1808 – *Diálogo entre as Principais Personagens Francesas no Banquete dado a bordo da Amável por Junot*, Lisboa, Tipografia Lacerdina.
- LUCIEN, de Samosate, s.d. – *Oeuvres complètes de Lucien de Samosate*, trad. de Belin de Ballu, rev., corr. et complétée avec une introd., des notes et un index par Louis Humbert, Paris, Lib.Garnier Frères, 2 vols., (Classiques Garnier).
- MELO, João de, s.d. – *Doutrina de Princípios e Fundamentos da Cristandade*, Lisboa, Germão Galharde.
- M.V.M., 1808 – *Mentor da Moda ou Educação À Francesa em Forma de Catecismo para Conhecimento do Desorientado Sistema da França Nestes Últimos dias*, I Parte, Lisboa, na Imprensa de Alcobia.
- M.V.M., 1809 – *Mentor da Moda ou Educação À Francesa em Forma de Catecismo para Conhecimento do Desorientado Sistema da França Nestes Últimos dias*, II Parte, Lisboa, Nova Oficina de João Rodrigues.
- M.V.M., 1810 – *Diálogo entre Dous Mortos, ou Entretenimento entre dous Soldados que morreram na Batalha do Buçaco, um Inglês e Outro Francês*, Parte I, Lisboa, na Imprensa Régia.
- M.V.M., 1811 – *Diálogo entre Dous Mortos, ou Entretenimento entre dous Soldados que morreram na Batalha do Buçaco, um Inglês e Outro Francês*, Parte II e Parte III, Lisboa, na Imprensa Régia.
- NASCIMENTO, Maria Teresa, 2006 – *O Diálogo na Literatura Portuguesa. Renascimento e Maneirismo*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Portugal desafiado. Diálogo entre um oficial francês da Legião do Meio-Dia, e um eclesiástico da Província d’Entre – Douro e Minho, s.n., s.l., s.d.*

³³ M.V.M.:1810, Parte I, p. 6.

³⁴ M.V.M.:1811, Parte II, p. 3.

³⁵ M.V.M.:1811, Parte III, p. 11.